

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com



Futuro na política

O governador Ibaneis Rocha tem um herdeiro na advocacia, o primogênito, Caio Barros, e, agora, começa a construir um sucessor na política. Aos 20 anos, João Pedro Barros, filho do meio, está convidando jovens para entrarem no MDB. Ele vai ingressar no partido em 15 de novembro. João Pedro terá 21 anos na próxima eleição e poderá concorrer a uma vaga de deputado distrital ou federal, se quiser e se o pai permitir.



Badalação

O casal de advogados Caio Barros e Ananda Almeida vai trocar alianças amanhã. Caio é o primogênito de Ibaneis. O evento vai reunir políticos, magistrados, empresários e a comunidade jurídica da cidade, numa festa de puro luxo, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), com show dos sertanejos Jorge & Matheus. Os dois atuam em escritórios bem-sucedidos. Caio trabalha no Escritório Ibaneis na área de direito civil, societário e desportivo; Ananda é criminalista no escritório do advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay.

Parente no PDT

O ex-secretário de Educação Rafael Parente assinou ficha de filiação ao PDT abonada pelo presidente nacional do partido, Carlos Lupi, e pela presidente regional, a senadora Leila Barros (DF). Parente chegou a registrar candidatura ao governo em 2022 para o Palácio do Buriti pelo PSB. Mas, depois de desentendimentos com o partido, Parente desistiu da disputa. Agora, deve concorrer a uma vaga de deputado federal.



De volta?

Quem deve retornar à política, segundo amigos, é o ex-presidente da Câmara Legislativa Joe Valle. Ele está no PDT e tem ligação forte com Carlos Lupi, mas tem convites de outros partidos para tentar uma nova vaga de deputado distrital. Ele se afastou a pedido da família e mergulhou nos negócios. Mas, a paixão pela política não morreu.



Caiado no Lide

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União), foi o convidado do almoço-debate do Lide Brasília, realizado ontem, no Royal Tulip Brasília Alvorada. O evento, promovido pelo grupo de líderes empresariais, reuniu empresários, autoridades e lideranças políticas para debater políticas públicas voltadas ao ambiente de negócios e ao desenvolvimento econômico do País.

Trajectoria

A abertura foi conduzida pelo presidente do Lide Brasília, Paulo Octávio, que ressaltou a trajetória política e administrativa de Caiado, lembrando sua reeleição inédita no primeiro turno em Goiás e o reconhecimento entre os governadores mais bem avaliados do Brasil. “Ronaldo Caiado é descendente de uma das famílias mais tradicionais da política goiana e construiu uma carreira marcada pela seriedade e pelo compromisso com o desenvolvimento de seu Estado”, afirmou.



Debate político

No campo político, Ronaldo Caiado, que é pré-candidato à Presidência da República, criticou a atual situação fiscal e institucional do País, defendendo o resgate da autoridade moral e da governabilidade. “O Brasil vive um processo de deterioração da governabilidade. O problema não é ideológico, é moral”, afirmou. Em resposta ao secretário da Juventude do DF, André Kubitschek, sobre as medidas que adotaria caso chegasse à Presidência da República, Caiado citou três prioridades: anistiar quem precisa; classificar atos de facções criminosas como terrorismo; e convocar uma reunião entre os Três Poderes para definir os rumos do País.

Coletânea

Durante o evento, André Kubitschek e a vice-governadora do DF, Celina Leão, entregaram a Caiado uma coletânea de discursos do ex-presidente Juscelino Kubitschek. Celina elogiou a trajetória do governador goiano, destacando sua capacidade de gestão e compromisso com políticas eficientes. “Caiado é um homem de grande reputação, que enfrentou desafios e mostrou como a boa gestão transforma realidades”, disse.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

EDUCAÇÃO / Após agressões de um pai de aluna contra um professor, policiais do Batalhão Escolar têm feito rondas mais frequentes no entorno e dentro da escola. A medida visa garantir a tranquilidade de alunos, servidores e famílias

Escola tem segurança reforçada

» CARLOS SILVA

A segurança no Centro Educacional 4 (CED 4) do Guará foi reforçada após o episódio de agressão contra um professor dentro da unidade, ocorrido nesta segunda-feira. A equipe do **Correio** foi ao local e viu movimentação de policiais militares que faziam a segurança na unidade enquanto era realizada a entrega das notas do bimestre. A Secretaria de Educação do Distrito Federal informou que acompanha o caso e que a medida visa garantir a tranquilidade de alunos, servidores e famílias enquanto o episódio é apurado. Policiais do Batalhão Escolar têm feito rondas mais frequentes no entorno e dentro da escola, e a direção reforçou os protocolos de acesso de visitantes.

O caso ganhou repercussão após um professor ter sido agredido pelo pai de uma aluna dentro da unidade de ensino. Imagens de câmeras de segurança no local mostram o momento em que o educador recebe socos e chutes na sala da coordenação. O motivo da agressão, segundo as versões colhidas pela Polícia Militar (PMDf), teria sido uma repreensão feita pelo educador à estudante, que usava o celular em sala de aula.

O episódio só terminou com a intervenção da própria filha, que

conteve o agressor com um “mata-leão”. Na delegacia, o professor manifestou interesse em representar judicialmente contra o pai e disse que o episódio o abalou. “Jamais imaginaria que algo dessa gravidade aconteceria comigo ou com qualquer outro colega”, afirmou. O agressor foi liberado após assinar termo de compromisso de comparecimento.

O outro lado

A defesa de Thiago Lênin Sousa Silva Batista, pai da aluna, informou em nota que o cliente agiu “de forma impensada” ao agredir o professor, após receber um pedido de ajuda da filha. O advogado reconheceu que a atitude foi “reprovável e inaceitável”, mas defendeu que o ato não deve ser “criminalizado como está sendo”. Segundo ele, o acusado “se arrepende profundamente” e teria agido em um “surto momentâneo de um pai que só queria proteger a filha, que é a verdadeira vítima no ocorrido”.

A defesa alegou ainda que a adolescente possui deficiência visual e que, no dia do episódio, estava sem os óculos e utilizava o celular para copiar o conteúdo da lousa — prática que, segundo o advogado, era permitida por outros professores. Ele afirma que o docente teria proferido “palavras

Davi Cruz



A direção do CED 4, do Guará, restringiu o acesso de visitantes

de baixo calão” diante da turma, o que fez a estudante se sentir humilhada e levou outros alunos a se revoltarem. A nota acrescenta que a jovem vem recebendo apoio de colegas e está sendo acompanhada por profissionais de saúde. Ainda conforme o documento, o pai “reconhece o erro, mas reforça que atitudes agressivas não surgem sem contexto e que o respeito deve ser mútuo dentro do ambiente escolar”.

Repercussão

Após o caso, estudantes da escola se manifestaram nas redes sociais para relatar episódios de comportamento inadequado do professor. Em publicações, eles afirmam que o docente teria “agido com desrespeito e xingamentos dentro da sala de aula”. Segundo os relatos, alguns alunos chegaram a comunicar à coordenação que não assistiriam mais às aulas com o educador,

alegando sentirem-se humilhados. Representantes do grêmio estudantil também teriam se reunido com a direção para cobrar esclarecimentos e a retirada do professor da unidade.

Procurado pelo **Correio**, o professor negou as acusações feitas pelos estudantes e afirmou que a situação está sendo distorcida. “Estão todos com raiva do que aconteceu e agora querem inverter as coisas e tentar justificar o injustificável”, declarou. Ele também rebateu as alegações de que teria ofendido alunos. “Se eu xingo tanto quanto falam, por que não apareceu nenhum vídeo mostrando?”, afirmou. O professor ainda disse que tomará medidas judiciais contra os envolvidos.

Em nota, a Secretaria de Educação ressaltou que “nenhuma conduta em desacordo com os normativos vigentes justifica ou legitima agressão a professores da rede pública de ensino”. Conforme a pasta, a postura de violência desrespeita o ambiente escolar e afeta toda a comunidade educativa. “A situação reforça a necessidade de que a violência — de qualquer tipo — não seja banalizada, uma vez que os professores são autoridades em sala de aula, essenciais para a formação dos estudantes, e merecem respaldo

institucional para exercerem seu trabalho com dignidade e segurança”, escreveu o órgão.

Câmeras na escola

Enquanto o caso é apurado pelas autoridades, a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) aprovou, na terça-feira, em segundo turno, a redação do Projeto de Lei, apresentado pelo deputado Roosevelt Vilela (PL), que torna obrigatório o uso de sistemas de monitoramento por câmeras de vídeo em escolas e creches, tanto públicas quanto privadas. A medida foi votada em conjunto com o PL que institui o Sistema de Registro de Atividades (SRA) nas instituições públicas de ensino do DF — autoria do deputado Thiago Manzoni (PL) — e aprovada com 15 votos favoráveis e cinco contrários.

O Sistema de Registro de Atividades (SRA) prevê o acompanhamento de ações realizadas dentro das instituições de ensino. O projeto de Roosevelt também determina a instalação de câmeras de vídeo nas dependências escolares. A justificativa apresentada é que o conjunto de medidas visa reforçar a segurança, prevenir episódios de violência e garantir transparência nas relações dentro do ambiente educacional.